

apresenta um conjunto organizado de ações e diretrizes que visam alinhar a comunicação da instituição com seus objetivos e metas, detalhando iniciativas e ações para valorização da função de auditoria interna governamental, alinhadas com o Plano Diretor de Comunicação da SEFAZ (PI).

Art. 2º O Plano de Comunicação da Auditoria Interna da SUPCGE-PI está disponível no site da SUPCGE-PI no link: <https://portal.pi.gov.br/cge/publicacoes-iacm/>.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina-PI, datado eletronicamente.

(Assinado Eletronicamente)

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda do Piauí

(Assinado Eletronicamente)

MARIA DO AMPARO ESMÉRIO SILVA

Superintendente da Controladoria-Geral do Estado do Piauí

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 28916, datada de 21 de novembro de 2025.)

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

PORTARIA CGE-PI/GAB/CG/UNIAUD Nº 2/2025

Estabelece a Política de Acesso às Informações pelas Atividades de Auditoria Interna no âmbito da Superintendência da Controladoria -Geral do Estado do Piauí

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DO PIAUÍ,

CONSIDERANDO o disposto no art. 21, §2º, da Lei Estadual nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022 (publicada no Diário Oficial do Estado de 08/12/2022 - Edição Extraordinária nº 232), que preceitua ser a Controladoria-Geral do Estado, Superintendência da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, competindo-lhe coordenar as atividades do sistema de controle interno, incluindo a função de Auditoria;

CONSIDERANDO o estatuído pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI e pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), quanto à Auditoria Interna;

CONSIDERANDO que o Conselho Internacional de Normas de Auditoria Interna



divulgou as Normas Globais de Auditoria Interna, em vigor a partir de 9 de janeiro de 2025;

CONSIDERANDO a adoção do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), como ferramenta estratégica de melhoria contínua e ordenada da qualidade do processo de auditoria interna;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir condições adequadas para o pleno exercício da atividade de Auditoria Interna Governamental;

CONSIDERANDO o disposto no art. 20 da Lei Complementar Estadual nº 57/2005,

CONSIDERANDO o Estatuto de Auditoria Interna Governamental da Superintendência da Controladoria -Geral do Estado do Piauí,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Controladoria Geral do Estado do Piauí, a Política de Acesso às Informações pela Auditoria Interna Governamental, garantindo-se à equipe de auditoria:

I - Acesso total, livre e irrestrito a todos os documentos, informações, registros, sistemas, bases de dados e quaisquer outros elementos necessários à realização dos trabalhos de auditoria;

II - Acesso físico às instalações da unidade, bem como contato com servidores, empregados e quaisquer outros agentes públicos ou privados ligados à atividade auditada;

III - Acesso, quando necessário, aos sistemas corporativos do Poder Executivo,

Art. 2º As solicitações de documentos, informações ou acessos serão formalizadas pela equipe de auditoria por meio de Solicitações de Auditoria, com indicação clara do conteúdo específico a ser solicitado, da forma de entrega, prazo e responsável pela informação.

Art. 3º A unidade auditada deverá designar formalmente um interlocutor para atendimento à auditoria, preferencialmente do Núcleo de Controle Interno, quando houver, com vistas a facilitar a comunicação e o cumprimento tempestivo das solicitações.

Art. 4º É vedado a qualquer agente público ou privado, por ação ou omissão, embarçar, constranger ou criar obstáculos à atuação da Auditoria Interna Governamental. A infração a esta norma ensejará responsabilização administrativa, civil e/ou penal, conforme legislação aplicável.

§ 1º - Caso a solicitação de Auditoria não seja atendida dentro do prazo determinado na mesma, a equipe de Auditoria Interna Governamental reiterará o pedido, estabelecendo um novo prazo que deverá ser no máximo igual ao da solicitação anterior;

§ 2º - Se a reiteração a que se refere o parágrafo anterior não for atendida, o Superintendente da SUPCGE-PI notificará o Gestor do Órgão auditado e comunicará o fato ao Secretário de Fazenda, para que este comunique o fato ao Governador do Estado;

§ 3º - Caso as notificações referidas no parágrafo 2º deste artigo não resultem no atendimento da Solicitação de Auditoria, a equipe de Auditoria Interna deve informar no Relatório Final da Auditoria, e no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, o não fornecimento



das informações requisitadas bem como as limitações de atuação resultantes e a abstenção de opinião no assunto relacionado à informação requisitada.

Art. 5º Os auditores de controle interno estão obrigados a manter o sigilo sobre as informações a que tiverem acesso no exercício de suas atribuições, utilizando-as exclusivamente para fins institucionais, conforme previsto na legislação estadual pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina-PI, *datado eletronicamente*.

(Assinado Eletronicamente)

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda do Piauí

(Assinado Eletronicamente)

MARIA DO AMPARO ESMÉRIO SILVA

Superintendente da Controladoria-Geral do Estado do Piauí

(Transcrição da nota PORTARIAS de Nº 28917, datada de 21 de novembro de 2025.)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI-PI

PORTARIA GR nº 1018, de 19 de novembro de 2025

O Magnífico Reitor, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 60, IX, do Estatuto da Universidade Estadual do Piauí,

Considerando o disposto no art. 32 da Lei nº 6.782, de 28 de março de 2016,

Considerando o Processo nº 00089.006098/2025-42,

Considerando as conclusões do Relatório Final (Documento SEI Nº [0020741990](#)) da Comissão de Sindicância,

Considerando o Parecer Nº 118/2025 / PGE-PI/GAB/PGE-PI/GAB/CSUESPI (Documento SEI Nº [0021069252](#)) em Controle Finalístico,

RESOLVE:

Art. 1º ADOTAR, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Sindicância designada pela Portaria Nº 243, de 05 de maio de 2025 (Documento SEI

